

Ousar lutar, ousar vencer

A imprensa periódica oitocentista como motor da promoção intelectual feminina

ANA MARIA COSTA LOPES *

Ser intelectual, pensadora, escritora, jornalista, redactora da imprensa periódica, proprietária de revistas, crítica literária, artística ou pedagógica, conferencista, directora de instituições escolares ou de asilos, e exercer bem e com visibilidade pública estas, entre muitas outras, funções e «ofícios» foi talvez das maiores ousadias, conquistas e vitórias de um longo, complicado e penoso percurso das mulheres portuguesas de Oitocentos.

Como em tantas outras situações, foi necessário começar quase do nada. Elas sabiam não ter as condições necessárias para a concretização dos seus projectos, bem como nenhum apoio governamental para grandes mudanças. A incipiente legislação a favor da instrução feminina nem sempre era cumprida, sendo os fundos desviados, por vezes, para escolas masculinas. Apesar de tudo isto, as pioneiras de Oitocentos enveredaram por diversificadas formas de luta. Preocuparam-se com temáticas como a igualdade, a emancipação, os problemas sociais e políticos, escrevendo sobre todas elas. Concentradas em tarefas múltiplas, são as da instrução e da educação das pessoas de todas as idades que lhes parecem mais pertinentes, abrindo assim caminho para todas as outras e juntando, desse modo, a teoria à prática. Para elas, a instrução era uma porta aberta não só para a mudança de mentalidades, mas também para a aprendizagem e

* Professora auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa. Investigadora do CEPCEP e do CECC.

para a aquisição constante de conhecimentos, ou para a entrada no mundo da cultura e da vida profissional.

A naturalização dos papéis acima enumerados não foi um processo linear. Dependeu de muita gente ao longo do século. Algumas já se tinham iniciado como escritoras na imprensa masculina, outras não. E se umas estavam habituadas a escrever, por serem docentes, outras, neófitas, começaram, e com êxito, na imprensa periódica feminina e também masculina, na qual tiveram um percurso semelhante ao dos seus colegas do sexo oposto. Algumas delas publicaram, com efeito, na imprensa periódica as suas obras – romances, contos, poesias, reflexões –, tendo as que o fizeram servido de «modelo» para as que se lhes seguiriam, uma vez que as revistas e outras publicações periódicas desta época abundavam em produções da mais diversa natureza. Mas se algumas aproveitaram as oportunidades que os *media* referidos lhes proporcionavam para fazerem um percurso progressista, outras houve para quem a caminhada intelectual as alicerçou no conservadorismo. Por outro lado, o intercâmbio com os intelectuais do sexo masculino concretizou-se em acções ou projectos comuns, alguns de nível nacional, tendo uma parte destas mulheres trabalhado em equipa com prestigiados escritores do seu tempo, como Castilho, Alexandre Herculano e Oliveira Marreca, com resultados diversos, todos eles sintetizáveis na preparação das elites para a modernização do país.

O exercício das actividades referidas no início deste texto, em certos casos ainda incipientes no início e em meados de Oitocentos, e assumi-las com frontalidade e firmeza, fez das intelectuais mais destacadas deste século verdadeiras precursoras de uma nova era. Ousadas e assertivas no modo de pensar, dizer e fazer, colocaram, por escrito, na imprensa periódica, questões prementes que, dizendo respeito aos dois sexos, davam particular atenção, pela primeira vez e de forma sistemática, a todos os problemas específicos da vida privada e pública das mulheres, tanto a nível emotivo como racional. Trataram, assim, de questões de natureza intelectual, política e social, profissional e ocupacional. E se em alguns destes temas não fizeram mais do que dar continuidade a velhas querelas, algumas vindas de séculos anteriores, na maioria introduziram novos problemas e posicionaram-se perante eles de maneira, em geral, moderna. Tendo em conta quer a quantidade e a variedade de temáticas presentes na imprensa periódica feminina, quer a abordagem e o tratamento que lhes é dado, verifica-se que, deixando de lado velhos receios ou tabus, as posições destas mulheres são firmes e inovadoras relativamente aos modos de pensar dos homens do seu tempo, mesmo quando as questões não tinham sido anteriormente indagadas, denunciadas, discutidas ou tratadas aprofundadamente. Fazendo-o com visibilidade e frequência, o seu discurso nem podia passar despercebido, nem ser ignorado por quem estivesse minimamente atento

aos factos intelectuais relevantes. E também não se podia ficar indiferente a tais posicionamentos, já que se punha a nu velhas questões que importava denunciar, numa espécie de catarse de velhos traumas e de mentalização activa para uma nova forma de estar social, no que se referia tanto à sociedade feminina letrada, como à dos homens daquele tempo. Nada descurando, as pensadoras do século XIX não se limitaram a fazer diagnósticos lúcidos e pertinentes: apontaram soluções, não só para problemas que lhes diziam directamente respeito, mas também para outros, de natureza geral, como os sociais e políticos, que estavam relacionados com todo o país, designadamente no que se referia à educação, à instrução e à promoção social das classes mais desprotegidas, mas não só. A sua intervenção parte, aliás, do facto de a instrução destas intelectuais ser acima da média, de que elas souberam tirar proveito ao nível da intervenção na sociedade, em prol de todos os que, homens ou mulheres, tinham sido menos bafejados pela sorte ou pela herança social da família de origem, mas não só.

A afirmação positiva feminina na imprensa periódica em áreas ou assuntos novos ou antigos era acompanhada pela negação de que a *diminutio capitis* social das mulheres fosse devida a razões de inferioridade biológica, construídas ao longo de séculos por sociedades lideradas por homens, assumidas, quase sem excepção, pelo sexo feminino e profundamente enraizadas nas instituições sociais. É o caso dos preconceitos existentes acerca da pouca resistência física, ou acerca da menor capacidade intelectual e inteligência inferior das mulheres, ou do condicionamento inato das suas capacidades, os quais, na prática, constituíam obstáculos a que se viabilizasse o processo da igualização social e política, daí resultando que as mulheres fossem postas sistematicamente à margem de qualquer protagonismo em áreas pertencentes ao feudo masculino. Um dos exemplos é o relativo ao sufrágio. Por isso, a tarefa das nossas pensadoras, e de alguns homens que a elas se aliaram, não foi fácil. Mas também não foi inglório, porque lentamente contribuiu para que as coisas se fossem modificando.

A luta pela igualdade entre homens e mulheres, bem como os seus resultados, foi variável, e a sua evolução pouco linear, tanto cronologicamente, como social, política e educacionalmente. Dependia da evolução de múltiplos factores, todos eles relacionados com o facto de o poder masculino, sob as suas mais diversas formas, estar ou não disposto a instaurar e a incrementar políticas educativas que facilitassem a promoção social das mulheres, designadamente na área da formação de professoras, a qual tinha óbvios reflexos numa nova ordem das relações entre homens e mulheres, pela visibilidade social e pela melhoria do estatuto social que lhes seria conferido. Esta luta pela igualdade na leccionação, nos salários, no número de escolas para meninos e meninas, na participação em associação de

professores – numa palavra, em tudo aquilo que teórica e praticamente poderia contribuir para a visibilidade feminina – foi tarefa em que muitas intelectuais se empenharam. Mas os resultados nem sempre perduraram e, em alguns casos, não passaram de sonhos a que apenas o século XX daria seguimento; noutros houve avanços significativos que perduraram e se desenvolveram; noutros ainda foram os recuos a nota dominante. Pode-se dizer que, no conjunto, a modernização dos papéis das mulheres só muito lentamente se processou, e à custa de muito empenho e labor das pioneiras do pensamento e da acção que viveram no século XIX. De facto, a grande diferença que existe entre este século e os anteriores está na participação activa das mulheres nas áreas que até então não eram suas, não por sua decisão ou desinteresse, mas por condicionamentos sociais e estruturais. Muitas delas estiveram, com efeito, empenhadas em cumprir um dos principais ideais do liberalismo, o da democratização da instrução. Num país onde o analfabetismo estava entre os oitenta e os noventa e tal por cento, o seu contributo foi muito valioso. E se as estatísticas relativas ao sexo masculino não são muito melhores, o certo é que a igualdade social também para eles era uma miragem. A sociedade do século XIX era, na verdade, profundamente injusta, sendo uma das suas notas dominantes a subordinação de grande parte da população aos poderosos, tanto do ponto de vista económico, como educacional e político.

As mulheres que se destacavam do vulgo por uma educação mais completa, ou as mais informadas pelas suas leituras e pelos contactos com movimentos femininos internacionais, foram as primeiras a desenvolver acções que permitiram transformar este estado de coisas. As mais progressistas tiveram a coragem de romper o *statu quo* e propor os fundamentos de uma nova sociedade mais igualitária, pugnando, cada uma à sua maneira, pela eliminação das diferenças existentes entre homens e mulheres e, no seio do feminino, por melhores e mais justas condições de vida e de participação política. As mais conservadoras, embora expondo-se na imprensa periódica e em muitos outros espaços, fizeram o caminho inverso. Mas, ao fazê-lo, também contribuíram para criar uma outra imagem das mulheres, a da sua igualdade relativamente aos homens, mesmo no acto de escrever, imagem esta que estava a ser universalmente aceite por quem tinha capacidade de formação da opinião na época de Oitocentos.

Neste contexto deve assinalar-se o peso decisivo que a imprensa periódica teve no impulso de mudança da situação das mulheres. É ela, como espaço de visibilidade pública, que faculta a projecção do pensamento e a manifestação da sensibilidade de muitas mulheres: umas por iniciativa própria, como directoras, redactoras ou colaboradoras de revistas ou jornais; outras respondendo ao convite daquelas para neles colaborarem. Em função disso, uma nova categoria de mulheres vai

emergindo: a das leitoras, cada vez mais informadas e mentalmente articuladas, ultrapassando a das simples consumidoras de leituras de natureza romântica.

Algumas das nossas oitocentistas concretizaram o seu sonho de igualdade intelectual perante os homens, embora estes se tenham destacado individualmente em maior número. De facto, foram muitas as que elevaram a sua voz para além da mediania. Conscientes da bondade das suas ideias, divulgaram elas próprias os resultados dos seus trabalhos individuais e colectivos, em artigos na imprensa periódica feminina e em forma de livro, a fim de que ambos os sexos se dessem conta dos seus «currículos» e dos seus valores. Entre os objectivos que as moviam estava o tornar notório, fazendo a sua apologia, o contributo das mulheres para o pensamento e para a intervenção social, ultrapassando o clássico papel de fadas do lar e de esposas fiéis e devotadas. Estavam, com efeito, conscientes e certas dos seus novos papéis e de como eles eram importantes para a metamorfose da própria sociedade. E desejavam que as suas histórias, iniciativas e reflexões ficassem escritas para a posteridade, obstando a que alguém esquecesse o papel que elas tinham tido na mudança social que então se anunciava; sendo certo que muito tiveram de lutar, enfrentando contrariedades, destruindo preconceitos – de natureza moral, social, biológica, de classe e de mentalidade – a que muitos intelectuais oitocentistas estavam agarrados, e exorcizando velhos e resistentes tabus a respeito das mulheres, entre os quais se deve recordar a perigosidade da alfabetização feminina.

É conhecido o esforço feito em Portugal, durante o século XIX, para democratizar o ensino, chamando diversas classes e grupos etários da população aos bancos da escola. Mas ele tardou e foi claramente insuficiente, sempre sujeito aos mais diversos entraves, sobretudo no que respeitava às classes mais baixas e ao sexo feminino, que, nestes e noutros aspectos da sua integração social, era objecto das maiores reticências. De qualquer maneira, eram as classes populares as menos atingidas por este esforço. Permitia-se-lhes a alfabetização, mas o escasso número e a distribuição desigual das escolas pelo território não facilitavam a concretização desse objectivo, aliás timidamente afirmado. E nem mesmo as classes ligeiramente mais afluentes parecem ter beneficiado, tanto quanto seria de esperar, da incompleta implementação de tais princípios. Assim, a falta de visão ou de responsabilidade por parte de quem detinha o poder de criar condições para a alfabetização generalizada do povo condicionou ou impediu o acesso de grande parte da população ao mundo civilizado e profissional, o que teve consequências desastrosas, já então apontadas pelos autores e autoras com maior acuidade na sua análise da sociedade. O certo é que a falta de instrução inviabilizou a diferenciação profissional e a caminhada da sociedade na via da industrialização. Assim, com a demora

que a democratização da instrução sofreu, não admira que a quase totalidade da população estivesse presa aos trabalhos agrícolas. Desta sorte, as classes mais baixas ficaram estagnadas social e profissionalmente até meados do século xx.

É, por outro lado, de salientar que algumas escritoras mencionaram nos seus artigos as causas e as consequências do desemprego feminino. E insistiram em que a falta de qualificações profissionais podia ser desastrosa para as mulheres quando em condições adversas, como as da orfandade e da viuvez. As actividades profissionais eram entendidas por aquelas como a grande revolução para todas as classes de mulheres, sem distinção, sobretudo por proporcionarem independência económica, para além dos aspectos associados a esta independência. Sendo certo que as mulheres das classes mais baixas sempre tiveram múltiplos ofícios ou ocupações, desde os trabalhos agrícolas aos de padeiras, costureiras, etc., tal condição não era facilmente aceite relativamente a outros grupos sociais. Algumas escritoras, porém, ao analisarem o problema da sobrevivência das mulheres do seu tempo, desmistificaram alguns tabus enraizados relativamente à impossibilidade de trabalhar no feminino, mesmo nas classes média e alta. E não deixaram de, no que se refere às classes mais baixas, expor e condenar as condições que levavam algumas a prostituírem-se, pondo particularmente em destaque a falta de habilitações e de oportunidades. A luta pela melhoria das condições do sexo feminino foi um dos muitos e árduos trabalhos das intelectuais de então.

Por detrás destes posicionamentos e análises estava a crença de que a instrução permitiria uma mudança de vida, e na generalidade das opiniões a primeira etapa neste processo seria a alfabetização, vedada à maior parte das mulheres. Mas não era de maneira nenhuma o único e o último aspecto deste processo longo e complexo, que consideravam dependente de muitos outros factores que não os meramente económicos. Identificando-se ou não com os ideais liberais, muitas destas mulheres, conscientes de que o sexo feminino estava em condições de inferioridade e de maior desprotecção do que o masculino, fazendo uma análise séria das condições de vida de todas as classes e detectando com agudeza a origem dos problemas existentes, tentaram intervir, ao longo de todo este século xix, na democratização da instrução através da sua actividade docente e de intervenção social. Não puderam no entanto impedir que a instrução das meninas nas escolas oficiais se fizesse de maneira diferente da dos rapazes, no que respeita, por exemplo, ao número de anos de escolarização, ao tipo de disciplinas ministradas, aos objectivos da aprendizagem, à possibilidade ou não de acesso a cursos superiores, reservado até ao século xx aos homens das classes afluente.

A velha, pernicioso e discriminante mentalidade relativa ao papel das mulheres no lar e na sociedade mantinha-se na voz e na escrita de escritoras e escritores

retrógrados, dos menos bem informados ou daqueles que não queriam ou temiam a mudança. Não faltava, com efeito, quem perguntasse: aprender a ler para quê? Para muitos, o simples acto de alfabetizar as classes mais baixas era um investimento «inútil». Todos os braços eram imprescindíveis ao sustento do agregado familiar. Ora, o seu número e força, na visão da própria família e de outros homens e mulheres da época, não dependiam da instrução. De facto, numa situação em que os trabalhos eram sobretudo agrícolas, não parecia que a instrução adiantasse muito. Temia-se que, principalmente nas classes média e alta, ler constituísse uma ameaça ao bom-nome da família e abrisse caminho à aprendizagem das artes de um qualquer amor de perdição. Por outro lado, ler e reflectir sobre matérias anteriormente reservadas aos que, de uma maneira ou de outra, detinham o poder, não era nem podia ser ocupação das mulheres, pois punha nas suas mãos tanto os instrumentos do saber como a possibilidade de emitir opiniões, de formar ideias, de desenvolver conhecimentos. Dando-lhes a capacidade de questionar e de discordar do estado de coisas do seu mundo limitado, era posto em causa o sistema para que a maior parte tinha sido educada e preparada. Restava, pois, a pertinência da pergunta: ler, escrever, aprender, para quê?

O exercício da escrita, tanto a nível privado, como público, expresso de diversas maneiras, tantas quantas a criatividade feminina encontrou para se tornar notada, fez que as mulheres passassem de uma parcial a uma total visibilidade. A poesia ou a ficção divulgada privadamente no aconchego dos lares, ou em colóquios e salões, quase que a medo, entre amigas e amigos, passou a ter cada vez menos seguidoras. A colaboração em jornais e revistas permitiu que esses textos, de muitos géneros, escondidos e quase clandestinos, passassem a ser proclamados nas gazetas. As produções de algumas das escritoras que ousaram dar o salto para a luz da ribalta eram, de resto, muito apreciadas, tanto quando cultivavam a lírica como noutros géneros literários mais reflexivos. E se se confrontaram com contratempos e contestações, ou foram mesmo ridicularizadas, isso não as levou a desistir. A transgressão das normas, a recusa dos preconceitos foi cativando um cada vez maior número, escrevendo na imprensa e ocupando espaços outrora exclusivamente reservados aos homens; numa palavra, sexualizando o acto da escrita e impondo uma visão feminina do mundo, da vida e da sociedade.

À medida que se iam avolumando os textos de autoria feminina com conteúdo ideológico significativo, cresciam os receios, as rejeições, as dúvidas, os ataques relativamente a esta tão arrojadada actividade. Os retrógrados de ambos os sexos pensavam que «tudo» o que era «importante» para o sexo feminino e dizia respeito aos aspectos intelectuais, à sua educação e instrução, à moral, aos aspectos afectivos, familiares, domésticos, etc., já estava tratado, dito, redito, definido e escrito.

Por isso é que o exercício da escrita feminina foi, nesta como noutras épocas, considerado subversivo, principalmente quando público. Mas muitas mulheres não acataram esta imposição do preconceito, percorrendo a sua escrita e reflexão todos temas que este conturbado século XIX foi colocando na agenda intelectual. A imprensa periódica, designadamente a feminina, deu, com efeito, voz destacada a todas as defensoras das ideias mais progressistas, por vezes nada pacíficas, sem que às defensoras das ideias mais conservadoras tenha sido retirada a possibilidade de proclamar os seus ideias de outrora. Contudo, esta tendência conservadora foi acerrimamente combatida por algumas escritoras de Oitocentos, as quais tentaram criar um mundo alternativo, em que a paridade de direitos de ambos os sexos fosse uma realidade, tanto ao nível do pensamento, como da acção na sociedade. Algumas nunca deixaram de questionar publicamente, na imprensa periódica e fora dela, a razão das proibições acerca dos papéis sociais das mulheres, bem como das justificações que para tal se apresentavam, insistindo em que a manutenção da ignorância ou de uma instrução contida entre parâmetros que as já não satisfaziam eram produtoras de estagnação social. E fizeram-no detalhadamente, sobretudo nas revistas de que eram directoras, proprietárias ou colaboradoras, primando por fazer o ponto da situação dos desvios da prática relativamente à doutrina e à tímida legislação existente. Dialogando entre si ou com colegas de ambos os sexos, nacionais ou internacionais, apontam as causas das diferenças de oportunidades e de actuação entre homens e mulheres a nível intelectual, bem como os resultados deste estado de coisas. Mas à medida que enfrentavam e ultrapassavam dificuldades, logo outras surgiam e novos obstáculos tinham de ser combatidos. Não se cansavam, porém, de lutar contra a injustiça e contra o ostracismo a que viam condenadas muitas mulheres do seu tempo, fruto da mentalidade da época e dos comportamentos masculinos, materializados em estruturas sociais que demoravam a modernizar-se. Bem as podemos considerar, pois, porta-vozes de todas e de todos aqueles que o sistema social punha numa situação de menoridade social, económica e política. Não podemos deixar, com efeito, de ver nelas as grandes precursoras das alterações que o século XX concretizou. E fazem-no de forma paradigmática na imprensa periódica, de que foram grandes obreiras durante todo o precedente século.

Detectar, mudar e vencer os problemas que afligiam a sociedade oitocentista foi o projecto de muitas intelectuais e pensadoras que viveram neste período. Sobretudo as mais progressistas estiveram empenhadas, quer por imposição da sua profissão, quer por devoção, na causa meritória de melhorar a sua «classe», como então se dizia. E conseguiram consciencializar e mudar algumas mentalidades de forma a aceitar a ideia de que a instrução é para todas e para todos, abrindo

ainda caminho para outros fundamentos promotores da igualdade, naquilo que podemos chamar uma agenda intelectual não só espinhosa para a época, como ciclópica em qualquer situação social. Fazer crer às jovens e às mulheres adultas do seu tempo que era imprescindível largarem a educação recebida, fútil e inútil, e adquirirem novos hábitos, novos conhecimentos e novas posturas perante elas próprias e perante os condicionamentos sociais, bem como transmitirem esta nova forma de ver às gerações futuras, não foi tarefa fácil, tanto mais que nos seus planos esteve sempre trabalhar o quotidiano feminino no sentido de uma vida mais responsável, que envolvesse a desmistificação de velhos preconceitos sociais e culturais e a chamada de atenção da classe política ou dos detentores do poder para a criação activa das condições da mudança social, mediante medidas concretas e inovadoras que favorecessem as classes desprotegidas e marginalizadas, de que as mulheres constituíam a maior parte.

E não se deve esquecer que, durante todo o século XIX, tudo isto gerou, em certos meios, intranquilidade, desconfiança, mal-estar e, por vezes, profunda rejeição. Mas também produziu uma série de ajustes, com significados vários, conforme a mentalidade dos intelectuais e da sociedade em geral. A desconstrução de velhas identidades, que haviam sido produzidas para elas e lhes tinham sido impostas à medida das necessidades de dominação masculina, é algo que se pode verificar através dos múltiplos textos que muitas escreveram. Pode por isso afirmar-se que as intelectuais de Oitocentos criaram as condições necessárias para *ousar* produzir uma nova forma de olhar o papel das mulheres na sociedade e, apesar de todos os condicionalismos, *vencer* as barreiras que as impediam de actuar em igualdade.

BIBLIOGRAFIA

Abelha (A), 1836; 1840-1843.

Assembléa Litteraria (A), 1849-1851.

Beneficencia (A), 1852-1855.

Cruzada (A), 1858-1859.

FRAISSE, Geneviève, (1991), *Musa de la Razón*, Madrid: Cátedra.

HERCULANO, Alexandre (1858), *Ao Partido Liberal Português a Associação Popular Promotora da Educação do Sexo Feminino*, Lisboa: Imp. União Tipográfica.

Ilustração Feminina (A), 1868.

Interessante (O), 1856.

JESUS, Gertrudes Maria de, (1761), *Primeira Carta Apologética em Favor, e Defesa das Mulheres, Escrita por Dona [...] ao Irmão Amador do Dezenzano, com a Qual Destroe Toda a Fabrica do seu Espelho Critico*, Lisboa: Francisco Borges de Sousa.

LOPES, Ana Maria Costa, (1990), *O Conto Regional na Imprensa Periódica de 1875 a 1930*, Lisboa: CEPCEP, Universidade Católica Portuguesa.

LOPES, Ana Maria Costa, (2005), *Imagens da Mulher na Imprensa Feminina de Oitocentos*, Lisboa: Quimera.

Mulher (A), 1883-1885.

Mundo Elegante (O), 1858-1860.

Mundo Elegante (O), 1887.

NÓVOA, A.; BERRIO, J. Ruiz (eds.) (1993), *A História da Educação em Espanha e Portugal, Investigações e Actividades*, Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Panorama (O), 1844.

Preludios-Litterarios, 1860.

Progreso (O), 1869.

Revista Universal Lisbonense, 1850.

Rosa Offerecida às Bellas (A), 1840.

Toucador (O), 1822.

Voz Feminina (A), 1868-1869.